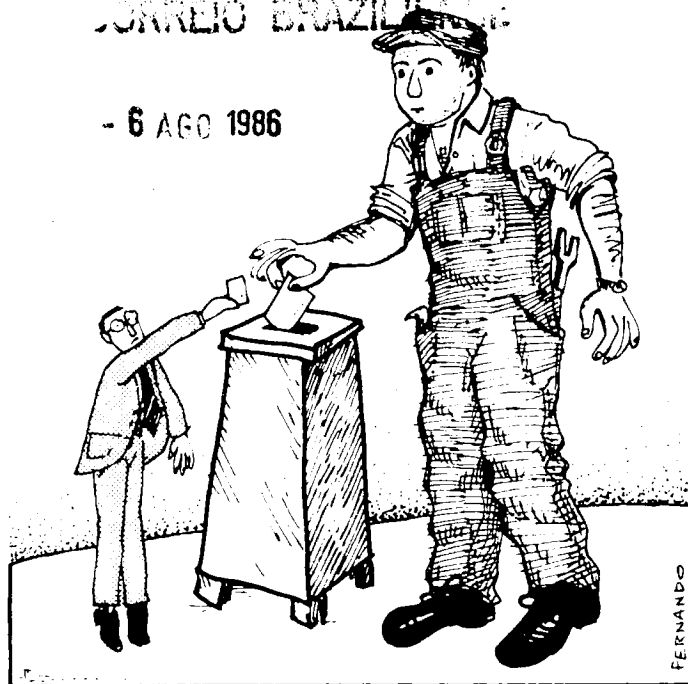


A média eleitoral do DF - Gleirão

EXPEDICTO QUINTAS

JORNAL DO BRASIL

- 6 AGO 1986



O "quem é quem" na mídia eleitoral do Distrito Federal acaba de ser definitivamente estabelecido ao serem conhecidos os contingentes das onze Zonas Eleitorais, depois do recadastramento processado pelo Tribunal Regional Eleitoral.

Para os estrategistas da política local os dados vindos a furo revelam predominância esmagadora das cidades-satélites em relação ao Plano Piloto, impondo um determinismo à contabilidade das urnas que fatalmente irá conferir aos resultados finais das eleições o domínio das categorias sociais de baixa renda sobre a classe média.

O Plano Piloto, onde se admite haja uma dominação de 85 da classe média e dando como provável uma abstenção de dez por cento, os votos a serem colhidos nas urnas estarão fechando uma conta de 128 mil. Se admitirmos um cociente eleitoral de 75 mil votos, Brasília em si poderá eleger dois representantes à Câmara Federal, credenciando-se fortemente para colocar um senador. Essa possibilidade será tanto mais remota quanto maior divisão houver nas preferências do público. E no particular dificilmente deixarão de competir na 1ª Zona Eleitoral menos do que quinze candidatos fortes. Os dois ou três mais votados vão depender dos sufrágios que conseguiram nas cidades-satélites, ou seja, nas dez outras Zonas Eleitorais.

A Ceilândia, correspondendo à 8ª Zona, possui 155.500 eleitores. A abstenção será idêntica, porém os votos nulos serão igualmente em números apreciáveis, podendo ir até vinte por cento, com uma votação válida totalizando 124 mil sufrágios. Se houver concentração em um número restrito

de nomes, a Ceilândia terá um representante na Câmara mas dificilmente fará um Senador, desde que, sendo pleito majoritário, a divisão, no caso, será mortal, isto porque, mesmo por uma hipótese absurda de um postulante à Câmara Alta obter cinquenta por cento dos votos válidos, ele mal passaria dos sessenta mil escrutínios.

Se não fizer um candidato seu a Ceilândia poderá juntar-se à Taguatinga e, por esta via, com segurança, terá um nome em comum, unindo a 3ª e a 8ª Zonas Eleitorais. Um outro nome, por força desse condomínio, poderá surgir, somando-se os dois contingentes. Ceilândia e Taguatinga teriam, assim, um senador e três deputados federais.

Pelas sobras, no entanto, o Plano Piloto e o binômio das 3ª e 8ª Zonas Eleitorais irá bloquear 3/4 das vagas

disputadas pelas eleições proporcionais e 2/3 do pleito majoritário. Seis parlamentares da Câmara e dois integrantes do Senado.

O sétimo deputado virá necessariamente do Gama onde, com segurança, haverá o menor índice de dispersão de votos. Ele deverá surgir da classe média, desde que tenha apoios expressivos nos eleitorados do Guará (cinquenta mil votos bons), Cruzeiro (27 mil) e Núcleo Bandeirante (19 mil).

A última vaga para deputado federal será dos chamados pequenos partidos, desde que as alianças darão as três maiores votações em conjunto com o PMDB e o PFL abiscoitando as seis primeiras cadeiras, ficando a sétima reservada à terceira força eleitoral que surgir, desde que associada a uma daquelas duas agremiações. Nesse credenciamento o PT e o PDT são os que reúnem

mais condições de mobilização, por força de melhor estruturação.

Dos menudos, o Partido Comunista, em razão de suas conhecidas potencialidades para mobilizar e atuar, tem prioridade para completar o quadro parlamentar proporcional. Todavia, essa posição não será muito confortável; estará ameaçada por dois segmentos distintos: um proveniente das sobras eleitorais das coligações que realizarem o PFL e o PMDB; e outro, um pouco mais remoto, decorrente dos sufrágios recebidos pelos pequenos partidos, também coligados. As agremiações de menor tradição que não se coligarem não terão qualquer possibilidade de eleger um candidato.

A terceira vaga de senador vai depender do avanço das votações proporcionais das coligações. Três cadeiras na Câmara significam 225 mil votos. Quem mais se aproximar da quarta cadeira proporcional, ou seja, dos trezentos mil votos fará o terceiro senador, condicionando-se esse resultado a uma coerência do voto em termos de coligação.

Sobradinho e Planaltina estarão divididos entre a classe média e o povão. Brazlândia terá, provavelmente, procedimento dividido. O Paranoá, da 2ª Zona, será francamente proletariado.

O importante, no entanto, seja qual for o resultado das urnas, é que o Distrito Federal prospere em termos institucionais, ganhando nas eleições de 15 de novembro a sua apresentação política em nível parlamentar. A aspiração maior fica para mais tarde, com a eleição do Governador, de uma Assembleia Legislativa, dos prefeitos das cidades satélites e das respectivas Câmaras de Vereadores.